



SANT'ANA DO LIVRAMENTO

Prefeito cria Grupo de Trabalho para debater Plano de Resíduos Sólidos

Categoria: Projetos

Data de Publicação: 29 de janeiro de 2013

Crédito da Matéria: Departamento de Controle Orçamentário

Entidades como a OAB, Unipampa, Ministério Público e Uergs serão convidadas a participar

A sustentabilidade urbana ocupa um papel de destaque no atual governo municipal. Não é sem tempo: hoje sabemos que a maioria dos santanenses depende em boa medida, de políticas públicas, de diferentes setores da administração, que levem em conta os aspectos ambientais. Embora temas como o desmatamento, as mudanças climáticas, a proteção da biodiversidade e a agricultura sustentável continuem a ser prioritários, não podemos esquecer do lixo, que é um dos principais problemas ambientais, não só do município mas de todo o País. Para o prefeito Glauber Lima, a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada por meio da Lei nº 12.305/10 tornou-se uma prioridade. Para isso o mandatário está constituindo um Grupo de Trabalho composto por Secretarias Municipais, OAB (Ordem dos Advogados Brasil), Ministério Público e as Universidades locais para discussão sobre o assunto. “Sabemos da importância desse Plano, por isso estamos contatando a sociedade civil para formarmos um grupo de trabalho junto com as secretarias da Administração, Serviços Urbanos e Planejamento com o objetivo de encontrarmos uma alternativa local.” _ disse o prefeito

Coleta coletiva

“Um dos objetivos da lei é acabar com os lixões e implantar uma coleta coletiva até 2014, por isso estaremos reunindo com esse grupo e com certeza iremos encontrar uma solução, não temos lixões, mas precisamos definir se vamos fazer um consórcio intermunicipal ou teremos uma destinação local desses resíduos sólidos”- comentou o prefeito destacando que manteve na manhã de ontem uma reunião com o intendente de Rivera, Marne Osorio, onde um dos temas debatidos foi a destinação do lixo e a possibilidade da criação de uma usina Binacional de Reciclagem.

O prefeito também destacou que “essa mesma lei estabeleceu que, a União apenas poderá firmar convênios e contratos para o repasse de recursos federais para estados e municípios, em ações relacionadas com esse tema, se os municípios tiverem formulado seus planos de gestão de resíduos sólidos, por isso estaremos abrindo uma discussão com esse grupo de trabalho para encontrar a melhor alternativa”.
